

FOLHETIM DO MÍNIMO Contag, ONGs e índios vão às ruas reclamar contra R\$ 151, pacote agrícola e código florestal

Mistura de protestos em Brasília

RENATA GIRALDI,
 SÔNIA CARNEIRO E
 VILMA SILVEIRA

BRASÍLIA – Seis mil trabalhadores rurais, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), e cinco mil, de acordo com o comando da Polícia Militar, fizeram ontem na Esplanada dos Ministérios o sétimo Grito da Terra. Com bonés, apitos, bandeiras e faixas, os trabalhadores rurais reivindicaram reforma agrária, melhores condições de trabalho no campo. Junto com ambientalistas e índios, eles protestaram contra o valor fixado pelo governo para o novo salário mínimo, de R\$ 151. Hoje, após avaliação da manifestação e das medidas do pacote agrícola anunciado ontem pelo governo, outro ato público será feito. A segurança foi reforçada pela PM, com mil homens e bombeiros de plantão.

Aos gritos de "reforma agrária já" e "FHC, o grito é para valer", os trabalhadores se concentraram em frente ao Congresso para ouvir o presidente da Contag, Manoel dos Santos, que é o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicente Paulo da Silva. Os dois foram recebidos à tarde pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

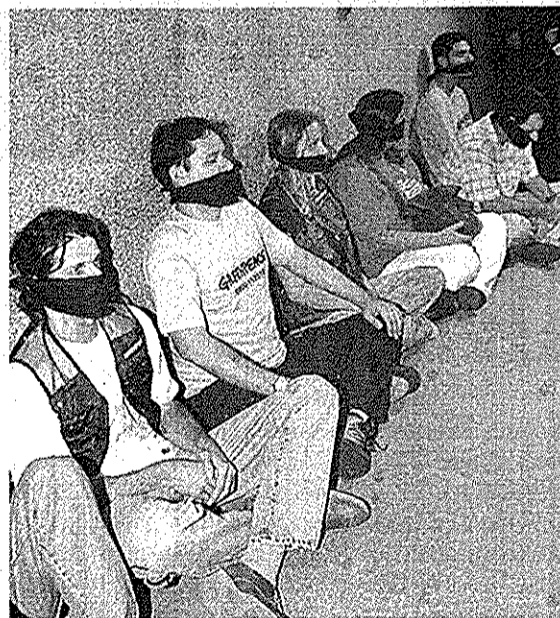
No Palácio do Planalto, FH afirmou ser favorável à luta dos movimentos sociais, mas contrário à baderna e se disse disposto a negociar com o MST. "Eu não digo não ao MST, mas ao métodos que utiliza", declarou. "Enquanto eu estiver aqui (disse ele apontando para o chão), o país não vira uma ditadura". Manoel José dos Santos disse a FH que a medida provisória da reforma agrária era "uma colher de veneno no sanduíche". "Come só o sanduíche e tira o veneno", retrucou FH. Uma das principais reivindicações da Contag, o assentamento de 250 mil famílias neste ano, não foi atendida pelo governo. "a luta não começou nem termina aqui. Vamos continuar", disse Santos.

Na reunião, Vicentinho e Santos se queixaram do valor de R\$ 151 para o mínimo. "De que adiantaria dar mais R\$ 20 ou R\$ 30?", perguntou o presidente, em direção ao grupo (eram 20 no total). "A fonte teria de ser impostos, mas os sindicalistas são contra, ninguém é favor. Se não fizer isso acaba arrebatando a Previdência", completou ele.

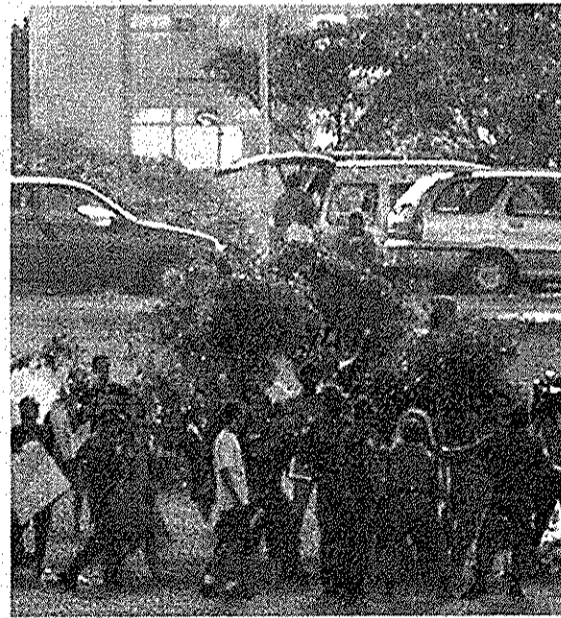


Davi Zocoli

Fernando Bizerra Jr.



Em frente ao Congresso, imagens dos protestos: o da Contag, em busca de melhores condições para o agricultor (alto), dos ambientalistas, amordaçados no corredor (esq.) e estudantes – reprimidos quando plantavam uma árvore no gramado (dir.) – contra a aprovação do novo código florestal e o dos índios, que reclamam das mudanças propostas para o seu estatuto.



Código é contestado

ANDRÉ LACERDA

BRASÍLIA – As áreas de florestas da Amazônia poderão ficar ainda menores. Comissão especial do Congresso aprovou ontem, por 10 votos a 3, projeto de resolução permitindo que o percentual destinado a reservas preservadas chegue a apenas 20% da área em cada propriedade. Hoje o Código Florestal fixa em 80% a extensão destinada às reservas de floresta amazônica e em 50% as áreas de cerrado a serem conservadas.

Enquanto a matéria era votada no Congresso Nacional, alunos do curso de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília protestavam no gramado em frente, carregando galhos de árvores e mudas para plantar. Já tinham, plantado com as próprias mãos cinco das 10 mudas que levavam, quando policiais militares passaram a agredí-los. Ficaram feridos Claudio Rocha dos Santos, Ricardo Aidar e Igor Alencar.

No mesmo local, horas antes, um grupo de índios xavante, fulni-ô, caiapó, macuxi e terena dançaram e cantaram em protesto contra a votação do Estatuto do Índio. Uma comissão de indígenas foi até o Congresso pedir que os parlamentares dêem mais tempo às lideranças dos índios para analisarem as mudanças feitas no estatuto.

Ruralistas – A votação de ontem foi uma vitória da bancada ruralista. Do lado dos derrotados, estavam tanto as organizações ambientalistas quanto o governo, que não teria se empenhado para não perder votos no mínimo. Manifestantes do Greenpeace se amordaçaram em protesto no corredor.

O parecer do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) substituiu proposta enviada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), que atendia a pretensões de entidades ligadas a questões ambientais e defendidas também pelo Ministério de Meio Ambiente.

O Ministro Sarney Filho lamentou o resultado. "Não é a primeira vez que o setor retrógrado ruralista impõe derrota ao governo", disse ele, prometendo lutar pela derrubada do projeto, quando este for a plenário.